



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

**A HISTÓRIA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACULDADE
DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL - UFRGS**

AUGUSTO CÉSAR BARROS ALMEIDA PINHEIRO

Trabalho de Conclusão apresentado ao Departamento
de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de
Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul - UFRGS

**Prof. Orientador:
Prof. Msc. João Marcos Leão da Rocha**

Porto Alegre
2010 - 2º Semestre

A HISTÓRIA DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

Augusto César Barros Almeida Pinheiro*

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a história do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo este o primeiro curso de Ciências Contábeis do Estado, remontando sua origem com a criação da Escola de Comércio de Porto Alegre, em 1909, sua independência e consolidação com a criação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais em 1946 e sua evolução até o presente momento. Para atingir este objetivo realizou-se uma pesquisa qualitativa fundamentada em referências bibliográficas. Com o aumento da complexidade da vida econômica, o crescimento comercial, o processo de divisão do trabalho e a necessidade de especialização de atividades, surge uma necessidade premente de qualificar-se profissionais para efetuarem escrituração mercantil nos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos. A partir da organização dos profissionais contábeis no final do século XIX, o ensino comercial emerge como uma nova opção aos estudantes e profissionais que buscavam novas oportunidades. A origem do curso de Ciências Contábeis da UFRGS se dá com a criação da Escola Superior de Comércio, anexa à Faculdade Livre de Direito, motivada pela força que o ensino contábil tomara com a fundação da Escola Mauá, em 1901, consolidando este tipo de formação no Rio Grande do Sul. Além de dar o merecido reconhecimento histórico à instituição, o estudo realizado menciona os fatos marcantes relacionados à evolução do ensino contábil da Escola de Comércio ao curso superior de Ciências Contábeis, apresenta personalidades que se destacaram no desenvolvimento do curso e aborda a importância do mesmo na atualidade, contextualizando-o em um cenário de conhecimento em constante expansão para atender a um mercado cada vez mais exigente.

Palavras-Chave: História da contabilidade; Ensino comercial; Ensino contábil; Escola de Comércio; Ciências Contábeis; UFRGS; Profissionais contábeis.

* Graduando do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. gutopinator@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a importância do conhecimento e sua constante evolução, as sociedades contemporâneas têm esperado contribuições cada vez mais amplas das instituições universitárias: da formação profissional para os diferentes segmentos dos mercados de trabalho à contribuição para a inovação tecnológica, do avanço científico à extensão do conhecimento nelas gerado aos diferentes segmentos da sociedade (HENKIN, 2009).

Henkin (2009) afirma que

Um dos traços marcantes dos estudos sobre desenvolvimento, avanço tecnológico e competitividade, ao longo das últimas duas décadas do século XX e nesta primeira década do século XXI, é a importância atribuída ao conhecimento e sua natureza cumulativa. [...] As rápidas transformações econômicas, tecnológicas e políticas deste período constituem o cenário volátil ao qual as instituições – em diversas áreas e setores – têm sido instadas a se adaptar.

Com o crescimento da indústria, do comércio, da produção e circulação de riqueza, aumentando a complexidade da vida econômica, o processo de segregação do trabalho e especialização de atividades no estado do Rio Grande do Sul (FRANCO, 1983), se gerou uma necessidade de qualificar-se profissionais para efetuarem escrituração mercantil nos estabelecimentos comerciais e órgãos públicos. Tornou-se de grande importância a criação de uma instituição cuja proposta fosse um ensino essencialmente prático, aplicado ao comércio e que desenvolvesse os métodos de escrituração contábil, a fim de oferecer profissionais capacitados para atender as necessidades das organizações.

Segundo Rodrigues (1985), a formação profissional do contador teve sua origem embrionária em 1754, em carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao seu irmão, o Marquês de Pombal, propondo a criação de uma Aula de Comércio¹, funcionando sob a supervisão da Junta de Comércio de Lisboa. De acordo com Sá (2008),

A preocupação em formar pessoal auxiliar competente em cálculos e em Contabilidade ficou patente especialmente em razão da obrigatoriedade de aplicação do processo das

¹ Rodrigues (1985) explica que a expressão “Aula” viria a corresponder a Academia e, mais tarde, seria o equivalente a Faculdade ou Escola Superior.

“partidas dobradas”, assim como a exigência de informes de natureza analítica para todos os diversos ramos da atividade empresarial.

Embora se tenha levantado a hipótese de que a ideia para sua criação tenha partido do Brasil, Sá (2008, p. 35) afirma que na metrópole o movimento cultural já sugeria tal passo a frente.

O Alvará de 19 de abril de 1759 aprovou os estatutos da Aula de Comércio (RODRIGUES, 1985). Esse alvará caracterizava uma das modificações propostas pelo Marquês de Pombal no ensino de Portugal e suas colônias e, segundo Barbosa (2009), criou a primeira Escola de Comércio, representando o início do ensino contábil português e, por consequência, brasileiro.

Apenas dois anos depois, com a Carta Lei de 22 de dezembro de 1761, se instituiu que o Tesouro teria quatro Contadores Gerais, Chefes de Repartição, cujos lugares “seriam providos por pessoas que tivessem a indispensável eficiência do cálculo mercantil, que bem entendessem e praticassem a arrumação (escrituração) em livros por partidas dobradas” (RODRIGUES, 1985), demonstrando a crescente importância da capacitação profissional na área contábil dentro do domínio português.

Com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, o ensino contábil passa a ter relevância ainda maior para o Império. No Alvará de 28 de junho de 1808, Dom João determinou que os Contadores Gerais da Real Fazenda mantivessem contabilidade regular por partidas dobradas (RODRIGUES, 1985); porém, havia necessidade de profissionais habilitados para tal atividade.

Para reverter esta situação é publicado o Alvará de 15 de julho de 1809, que cria a Aula de Comércio na Corte do Rio de Janeiro e na Academia Militar, subordinada ao Tribunal da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, através do lente² José Antonio Lisboa (RODRIGUES, 1986), escola esta que representa o surgimento do ensino contábil no Brasil. Outras escolas foram estabelecidas no País para a formação de guarda-livros, como a Aula de Comércio do Maranhão (1811), as Aulas de Comércio da Bahia (1856) e de Pernambuco (1813), a Academia de Comércio de Juiz de Fora (1891), em Minas Gerais e a Escola Prática de Comércio (1902), em São Paulo, mais tarde Escola de Comércio Alvares Penteado (SÁ, 2008).

² Segundo Barbosa e Ott (2009), “lente” é o termo usado para designar professores e/ou mestres.

No Rio Grande do Sul, as primeiras evidências de ensino contábil reportam-se ao ensino prático oferecido em estabelecimentos comerciais e em órgãos fiscalistas militares (BARBOSA, 2009). O forte crescimento comercial dava-se na região central da capital e nas cidades de Rio Grande e Pelotas, principalmente no período em que Porto Alegre esteve sitiada durante a Revolução Farroupilha (FRANCO, 1983).

Para Rodrigues (1985), o Rio Grande do Sul tem um papel saliente nos primórdios da Contabilidade no Brasil, com destaque para o Sr. Sebastião Ferreira Soares que, em meados do século XIX, veio a ser o primeiro organizador fazendário das finanças do Rio Grande do Sul e, posteriormente, do Império. Em 1852 publica, em Porto Alegre, pela Typographia do Comércio, de Pomatelli, o primeiro livro de contabilidade pública em território brasileiro, *Tratado de Escrituração Mercantil por Partidas Dobradas Aplicado às Finanças do Brasil*, contendo 69 páginas. Esse trabalho é fruto provável de suas experiências à frente da Tesouraria da Fazenda do Rio Grande do Sul (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA apud BARBOSA e OTT, 2009).

De acordo com Barbosa (2009),

Com a divulgação da escrituração mercantil por partidas dobradas, tanto aplicada às finanças públicas quanto às empresas comerciais, surgem instituições que passam a oferecer o ensino contábil nos cursos comerciais. Uma das primeiras instituições é o Collégio Emulação, que, em 1870, ofertava este ensino como uma disciplina secundarista, ao lado de outras como retórica, matemática e idiomas.

Mesmo com o surgimento de instituições que oferecessem o ensino contábil, até fins do século XIX este tipo de ensino era executado de modo expressivo por professores particulares, pessoas que, exercendo a profissão de guarda-livros, nas horas vagas, ensinavam escrituração mercantil, caligrafia e um pouco de matemática (FORTINI, 1953, p. 7).

A partir dessas primeiras evidências, o ensino contábil começa a fortalecer-se no final do século XIX, início do século XX. Barbosa (2009) cita que este fortalecimento se dá, principalmente, por meio de entidades de classe ligadas ao comércio e a algumas escolas, como o Club Caixeiral Porto-Alegrense, que desde 1882 oferecia palestras e aulas de escrituração mercantil a seus associados que eram, em sua maioria, guarda-livros e caixeiros de empresas comerciais. Esses guarda-livros deixam o Club Caixeiral em 3 de junho de 1894 e fundam a

primeira instituição representativa da classe contábil no Rio Grande do Sul, o Club de Guarda-Livros de Porto Alegre.

Ainda segundo o autor,

Concomitante ao ensino oferecido por ambas as instituições, algumas escolas particulares passam a se dedicar, em parte, ao ensino comercial. A primeira delas foi o Collégio Rio-Grandense, fundado em 1876, dirigido pelo professor Apelles Porto Alegre e cujas aulas de escrituração mercantil estavam a cargo do guarda-livros Agostinho de Menezes Freitas. Já o Collégio Ivo Affonso Corseuil passou a oferecer ensino contábil em janeiro de 1894, tendo como lente o guarda-livros Joaquim José Carneiro, que no mesmo ano publicou a obra *Escrituração Mercantil destinada à preparação de guarda-livros*.

Em outubro de 1899 é fundada a Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre (AEC) que, a partir de 14 de maio de 1900, passaria a oferecer aulas de português, francês, alemão, inglês, contabilidade e escrituração mercantil. Essas aulas, no ano seguinte, deram origem à escola Mauá que, posteriormente, tornou-se Curso Comercial Mauá. Essa escola logrou grande destaque no estado, formando profissionais de contabilidade por várias décadas (BARBOSA, 2009).

Porém, mesmo com o esforço de diversas instituições, o ensino contábil gaúcho torna-se sólido somente com a criação da Escola Comércio, em 1909. Sobre seu surgimento, disse em uma solenidade o diretor Helio Machado Rosa:

O calendário marcava 26 de novembro de 1909. Nascera a Escola de Comércio. A sua vida constitui um dos exemplos mais expressivos. Ela é marcada de dedicação, trabalho, compenetração, tenacidade e espírito de sacrifício com que se vem empenhando gerações de dirigentes, professores e funcionários em prol do ensino e da criação de uma nova mentalidade num meio por vezes adverso [...] (FORTINI, 1953).

Barbosa e Ott (2009) concluem que “a importância do curso de Ciências Contábeis da UFRGS e sua relevância se estendem à formação da cultura contábil nacional”.

Sendo assim, o foco deste estudo é analisar história do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), descrevendo sua origem com a criação da Escola de Comércio de Porto Alegre, em 1909, sua independência e consolidação com a criação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais em 1946 e sua evolução até o presente momento.

1.1 MÉTODO DE PESQUISA

Em relação à metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, a abordagem utilizada para resgatar os fatos e acontecimentos que originaram a criação da Escola de Comércio de Porto Alegre será a histórica, que segundo Lakatos e Marconi (apud MATTEI, 2010),

[...] consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se em descritiva quando se busca descrever a história do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. Em relação ao procedimento de pesquisa, será adotada a pesquisa bibliográfica, a qual utiliza referenciais teóricos publicados em documentos para explicar um determinado problema (CERVO et al. apud FIC, 2010). Para Raupp e Beuren (2006, p. 87) este tipo de procedimento abrange todo o referencial já tornado público em relação ao tema de estudo. Para a abordagem do problema, a tipologia utilizada será a qualitativa, pois objetiva chegar a conclusões finais através da comparação e análise dos dados coletados (RICHARDSON apud FIC, 1999).

2 O NASCIMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

2.1 A ORIGEM DA ESCOLA DE COMÉRCIO

O interesse pela criação de uma escola de comércio teve sua motivação a partir do curso da Escola Mauá. Para Fortini (1953), “à Escola Mauá coube a primazia de haver organizado o

ensino comercial em Porto Alegre, vindo ela mais tarde a cooperar diretamente para a criação da Escola de Comércio anexa à Faculdade de Direito”.

Os Anais do Cinquentenário da Faculdade de Ciências Econômicas (URGS, 1960), descrevem que o diretor da Faculdade Livre de Direito, desembargador André da Rocha, um dos pioneiros do ensino superior em Porto Alegre – juntamente com Sarmiento Leite, na Faculdade de Medicina, e João Simplício Alves de Carvalho, na Escola de Engenharia – “acalentava desde anos a idéia de criar uma instituição destinada à mocidade que empregava suas atividades no comércio e na indústria”.

Fortini (1953) relata que em certa feita, olhando na vitrine da antiga casa “Ao Trocadero” um quadro em exposição com uma das muitas turmas preparadas na Escola Mauá, disse o desembargador Manoel André da Rocha ao seu acompanhante, Sr. Leonardo Macedonia: “‘Seu’ Macedonia, precisamos fazer ‘isso’ em nossa Faculdade, criando o curso superior de comércio”.

De acordo com as reminiscências do Sr. Henrique Desjardins, Fortini (1953) retrata o fato que desencadeou a iniciativa da criação do curso superior de comércio, descrevendo uma situação ocorrida com os Srs. Manoel André da Rocha, Leonardo Macedonia Franco e Souza e Francisco Rodolfo Simch, respectivamente, diretor, secretário e professor da Faculdade de Direito:

De uma feita, em princípios do ano de 1909, saiu a “trinca” da Faculdade Livre de Direito [...] em direção à Alfaiataria do sr. Germano Petersen Junior, situada naquela época à rua dos Andradas, onde hoje existe a Avenida Borges, onde costumavam fazer ponto de parada. Aos poucos retiravam-se os outros, mas o desembargador Manoel André da Rocha permanecia ali até o entardecer – hora do jantar – para depois assistir à primeira sessão do Teatro Apolo.

Eram mais ou menos 17 horas do mesmo dia, quando retornaram à Alfaiataria Petersen os Drs. Leonardo Macedonia Franco e Souza e Francisco Rodolfo Simch, para cientificarem ao desembargador André da Rocha que se achava exposto, na montra da casa “Ao Trocadero”, [...] um quadro com os retratos da turma de “guarda-livros” formados pela Escola Mauá, mantida pela Associação dos Empregados no Comércio.

Cientificados da “novidade”, seguiram os três em direção à casa “Ao Trocadero”.

Lá chegados, ao deparar com o citado quadro, o desembargador Manoel André da Rocha sentiu que alguém já lhe tinha tomado a dianteira naquilo que já vinha alimentando há longo tempo e disse: “Precisamos fundar, quanto antes, a nossa Escola de Comércio. Simch, prepara o projeto para amanhã.

A proposta da criação da Escola de Comércio de Porto Alegre concretizou-se em 26 de novembro de 1909, conforme exposto na Ata da 66ª sessão da congregação da Faculdade de Direito.

Ata da 66a. sessão da Congregação da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre – Aos 26 de novembro de 1909, reunidos na Sala das Sessões da Congregação os des. Manoel André da Rocha, diretor, Leonardo Macedônia Franco e Souza, secretário, e os drs. Alcides de Freitas Cruz, José Valentim do Monte, Francisco de Souza Ribeiro Dantas Filho, Plínio de Castro Casado, Manoel Pacheco Prates e Timótheo Pereira da Rosa, foi aberta a sessão. Lida a ata da sessão antecedente, foi aprovada sem debate. Passando-se à ordem do dia toma a palavra o sr. Normélio Rosa, que verbalmente relata o parecer da comissão composta dos drs. Timótheo Pereira da Rosa, Plínio de Castro Casado e Normélio Rosa, sobre o projeto dos srs. Manoel André da Rocha, Leonardo Macedônia Franco e Souza e Francisco Rodolpho Simch, criando uma Escola de Comércio anexada à Faculdade. O sr. Normélio Rosa, depois de aplaudir a iniciativa dos signatários do projeto, entra em longas considerações sobre a organização das escolas de comércio; louva o projeto, bem elaborado, superior a organizações das academias de comércio de São Paulo e Rio de Janeiro; e declara que a comissão adota o projeto com as seguintes modificações: À 6.^a cadeira do 1.^o ano do curso geral acrescenta-se Direito Constitucional. A cadeira de Estenografia, 7.^a do 1.^o ano do curso geral, passará para o 2.^o ano do mesmo curso. A cadeira de Merceologia, 6.^o do 2.^o ano do curso geral, seja denominada 4.^o cadeira do mesmo ano e curso. O artigo 8.^o seja substituído pelo seguinte: “A Escola de Comércio de Porto Alegre será custeada pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre”. Anunciada a discussão do parecer e do projeto, são ambos aprovados, com as emendas seguintes: do sr. José Valentim do Monte, que “a 6.^a cadeira do 1.^o ano do curso geral tenha as seguintes denominações: Noções de Direito Público e Privado e Constitucional, Legislação Fiscal. Do sr. Timótheo Pereira da Rosa: a 6.^a cadeira do 1.^o ano passará para o 2.^o ano; e a 6.^a cadeira do 2.^o ano para o 1.^o, em último lugar ambas. Do sr. Normélio Rosa – “a 5.^a cadeira do 1.^o ano do curso geral será denominada – Escrituração Mercantil”.

Encerrada a votação do projeto e emendas, o sr. Diretor declara fundada a Escola de Comércio de Porto Alegre, anexa à Faculdade Livre de Direito e levanta a sessão (VIZENTINI, 1979).

Dando ampla notícia sobre a Escola de Comércio, o Correio do Povo da época concluía sua notícia, referindo-se ao programa de ensino:

Tal é, em suas linhas gerais, o plano de ensino da Escola de Comércio de Porto Alegre, que será instalada no próximo ano.

As congêneres do Rio de Janeiro e de São Paulo são frequentadas por centenas de moços que se habilitam para atividade comercial e industrial e para o funcionalismo público.

É de se esperar que a juventude rio-grandense, e especialmente, os moços já empregados no comércio, procurem o novo estabelecimento, onde receberão instrução prática para bem desempenharem a profissão que abraçaram (FORTINI, 1953).

Já em março de 1910, os jornais publicavam editais da Faculdade Livre de Direito, comunicando achar-se aberta a matrícula para ingresso na nova Escola de Comércio (VALLE, 1974).

A partir de sua fundação, a Escola de Comércio de Porto Alegre passou a oferecer dois cursos distintos. O primeiro denominava-se Curso Geral e tinha, inicialmente, a duração de dois

anos. Porém, no primeiro dia de fevereiro de 1911 este curso passou a ter três anos (Ata nº 6, 01 de fevereiro de 1912). Dado este fato, apenas a primeira turma do Curso Geral formou-se em dois anos (BARBOSA, 2009).

Para ingresso no Curso Geral era necessário passar por um exame de admissão composto por provas de português, francês, inglês, alemão, matemática, história, geografia, estenografia e caligrafia (FORTINI, 1953).

As disciplinas do Curso Geral seguiam o modelo proposto pelo Decreto Federal nº 1.339, de 9 de outubro de 1905, já seguido pelas Academias de Comércio de São Paulo e do Rio de Janeiro. As matérias estavam dispostas da seguinte maneira: 1º ano – português, alemão, francês, aritmética, álgebra e geometria, escrituração mercantil e estenografia; 2º ano – alemão, inglês, física, química, história natural, merceologia, contabilidade mercantil, noções de direito público e privado e legislação fiscal; 3º ano – alemão, contabilidade, inglês e direito público (VALLE, 1974).

O quadro de professores para o começo do Curso Geral reuniu profissionais que já possuíam experiência no ensino comercial em Porto Alegre. Os professores e as disciplinas eram os seguintes: como lente de português foi designado o Professor Apelles Porto Alegre, proprietário do Colégio Rio-Grandense. Para lecionar francês, Frei Bernardino (Bruno de Belevaux), professor da Escola Mauá e, ainda, para alemão, o Professor Othmar Krausneck. Aritmética, álgebra e geometria o Professor Emílio Meyer e para estenografia o Professor Joaquim Antonio Ribeiro. A disciplina de escrituração mercantil, única disciplina contábil do primeiro ano do curso geral, estava a cargo do jovem Israel Torres Barcelos. Este profissional formou-se na primeira turma de guarda-livros da Escola Mauá, onde atuou por diversos anos, como professor e diretor (BARBOSA, 2009).

Além dos professores André Manoel da Rocha e Francisco Rodolfo Simch, que já faziam parte do quadro da Faculdade de Direito, outros professores foram contratados: Santos Pardella, Alcibiades Silveira de Campos, Marques Pereira, Basil Sefton, Maurício Cardoso, Fernando Antunes, Oscar Germano Pedreira e Leon Back (FORTINI, 1953).

Em 10 de dezembro de 1911 ocorreu a formatura da primeira turma do Curso Geral, composto por 16 formandos, sendo: Achyles Hamel, Alcides Dias Antunes, Alfredo Rodolpho Mariath, Álvaro Fernandes Ribeiro, Aníbal Porto Braga, Archimino Selistre de Campos, Aristides Casado, Edgar Luiz Schneider (veio posteriormente a tornar-se professor e reitor da

Universidade), Floriano Oliveira da Silva, Francisco José da Costa Filho, João Francisco Alvares, Oscar de Souza Neves, Rubem Germano Pedreira, Theodoro Quitzrau, Virgílio Bassano Cortese e Victor Sperb (FORTINI, 1953).

O segundo curso se denominava de Curso Superior, e tinha a duração de dois anos. Como requisito para ingresso exigia-se a conclusão do Curso Geral (CARRION, 2000).

O primeiro ano do Curso Superior era composto das seguintes disciplinas: geografia e história comercial, contabilidade mercantil comparada, bancos, seguros, direito comercial (sociedades, falências, liquidações forçadas, direito cambial), inglês e alemão. Já no segundo ano: economia política, ciência das finanças, contabilidade de estado, estatística comercial, noções de direito internacional, diplomacia e correspondência diplomática, legislação comercial, matemática superior aplicada ao comércio, direito comercial (direito marítimo e seguros), italiano e espanhol (VALLE, 1974).

Em 18 de novembro de 1913 formou-se a primeira turma do Curso Superior, composta por oito formandos, tendo como paraninfo o Professor Francisco Rodolfo Simch. Os seguintes formaram-se: Alcides Dias Antunes, Alfredo Rodolfo Mariath, Aristides Casado, Floriano Oliveira da Silva, Francisco José da Costa Filho, Theodoro Quitzrau, Virgílio Bassano Cortese e Victor Sperb (FORTINI, 1953).

Na atividade profissional dos formandos desta primeira turma veio se firmando o conceito da novel instituição: Alcides Dias Antunes foi chefe da contabilidade da Prefeitura Municipal e professor; Alfredo Rodolfo Mariath formou-se, mais tarde, em medicina; Aristides Casado atuou como diretor de bancos e professor; Floriano José da Costa Filho foi diretor do porto de Porto Alegre; Virgílio Bassano Cortese atuou como diretor do Banco da Província e professor catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas; Victor Sperb dedicou-se à indústria e á sua própria empresa, Sperb & Cia, além de ter sido professor (FORTINI, 1953).

Para Barbosa (2009), muito embora o Curso Geral não apresentasse grande quantidade de disciplinas associadas aos métodos contábeis, evidente se faz a sua relação à profissão contábil, pois o curso habilitava os alunos para empregos da Fazenda e para as funções de guarda-livros e perito judicial.

Já o Curso Superior possuía formação com maior concentração de disciplinas contábeis e atuariais. Segundo Carrion (2000), o curso preparava profissionais com formação atuarial e

contábil para atuarem em empresas privadas e órgãos públicos, bem como para cargos de agentes consulares e funcionários do Ministério das Relações Exteriores.

Em 1916, apenas sete anos após sua criação, a Escola de Comércio de Porto Alegre recebe seu primeiro grande reconhecimento, sendo declarada como instituição de utilidade pública, juntamente com a Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro. O Artigo primeiro do Decreto nº 3.169, de 04 de outubro de 1916 declarava (VIZENTINI, 1979):

São consideradas instituições de utilidade pública a Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro, com sede na Capital Federal, e a Escola de Comércio de Porto Alegre, enquanto mantiverem e executarem o programa de ensino nos moldes estabelecidos no decreto número 1.339, de 9 de janeiro de 1905. Os diplomas que conferirem encerrarão presunção de habilitação para o exercício das funções comerciais a que se destinam, desde que seja instituída nos cursos a fiscalização oficial.

De acordo com Barbosa (2009), este reconhecimento deve-se, entre outros, ao fato dos idealizadores do curso já o terem adequado, desde sua concepção, ao estabelecido no decreto nº 1.339 de 9 de janeiro de 1905, determinando que seu ensino seria essencialmente prático.

Apesar do reconhecimento merecido, o ideal da formação da Escola de Comércio de Porto Alegre passou por uma série de percalços e desafios, dentre eles, dificuldades financeiras. Fortini (1953) relata que professores preocupavam-se mais em instruir os alunos do que obter compensações pecuniárias.

Recordo-me perfeitamente que, sendo secretário da Escola o dr. Leonardo Macedônia, ao fim do mês, em dia marcado para o pagamento de aulas dadas, disse-me êle que, para pagar os bedéis, tanto os demais colegas como êle próprio haviam entrado com certa importância tirada da sua renda particular.

Que deveríamos dizer, diante de tal desprendimento?

Não foi preciso um apêlo. Os professores de então, por sua vez, espontaneamente, declinaram de receber qualquer retribuição. E isso foi feito durante alguns meses, comparecendo os professores às aulas com a máxima pontualidade.

Contudo, a Escola prosseguia com o desenvolvimento de suas atividades, contando com o apoio de sua dedicada equipe de mestres. Referindo-se aos que se formavam pela Escola, disse o diretor Helio Machado Rosa, depois da diplomação das duas turmas (FORTINI, 1953): “E a caudal não estancou mais. Antes, se avolumou e se espraizou. O que a princípio surgiu como um regato vacilante, tornou-se uma torrente caudalosa! E assim tem sido até hoje”!

2.2 DE ESCOLA A FACULDADE

Até 1931, a estrutura inicial da escola foi conservada com poucas alterações. O ensino contábil também ocorria em outras instituições já enquadradas nas normas legais vigentes, representando uma ligeira fragmentação no ensino comercial (BARBOSA, 2009).

Porém, com a publicação do Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, estabelecia-se que o ensino comercial deveria ser dividido em três cursos de três anos cada, sendo um curso propedêutico, cursos técnicos de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e de perito-contador e um curso superior de administração e finanças, além de obrigar os contadores e guarda-livros, práticos ou diplomados, a se registrarem na Superintendência do Ensino Comercial (BRASIL, 1931).

A Escola Superior de Comércio veio então a enfrentar novos problemas, desta vez, vinculados à reformulação do ensino, em face do novo sistema vigorante no País: além da divisão dos três cursos comerciais, a situação era agravada pela insuficiência de instalações físicas – funcionando no subsolo da Faculdade Livre de Direito – e recursos didáticos, além da pressão estudantil pela redução de taxas de matrícula e exames (SOARES e SILVA, 1992).

Para que os diplomas expedidos pudessem ser registrados, deliberou a Escola a ajustar-se às novas normas. Mas tão grandes foram as dificuldades internas para a adaptação às novas exigências que, durante dois anos, a Escola não formou nenhum aluno (VIZENTINI, 1979).

Os problemas de adaptação à nova realidade só foram contornados em 13 de maio de 1933 com a designação de professores para os cursos propedêutico e técnico (VIZENTINI, 1979), como consta no seguinte trecho da ata da sessão:

O expediente constou de um ofício do Conselho Diretor da Escola Superior de Comércio anexa a esta Faculdade (Direito), indicando os professores para as várias cadeiras dos cursos propedêutico e técnico de perito contador, e solicitando fôsse requerida a fiscalização à Superintendência do Ensino Comercial, para efeito de reconhecimento da Escola (URGS, 1960).

Assim, a Escola de Comércio tinha a sua situação formalizada em face da legislação vigente e todos os seus diplomas expedidos registráveis para os efeitos da lei.

O ano seguinte havia de trazer outra novidade. Em 28 de novembro de 1934, o General Flores da Cunha faz publicar o Decreto nº 5.758, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Este decreto criava a Universidade de Porto Alegre que, entre outras instituições, integrava em sua estrutura a Faculdade de Direito com sua Escola de Comércio. O desembargador Manuel André da Rocha foi nomeado Reitor da Universidade de Porto Alegre, deixando assim a direção da Faculdade de Direito e sua Escola de Comércio, depois de ocupá-la por mais de 25 anos (VIZENTINI, 1979).

Segundo Barbosa (2009), este decreto marca profundamente a estrutura da Escola de Comércio e dá novos rumos ao ensino contábil praticado até então. A instituição agregada à Faculdade de Direito mantinha liberdade financeira e administrativamente. A partir deste decreto passa a ser dependente do governo do estado.

A situação dos anos seguintes ao Decreto nº 5.758 dificultou o desenvolvimento da instituição. A Ata nº 43, de 13 de abril de 1936 (apud BARBOSA, 2009) registra que

Os recursos financeiros eram cada vez mais escassos e diversos professores, em atos de altruísmo, abriram mão de seus vencimentos em prol da manutenção da escola. Além da falta de recursos financeiros houve o afastamento de professores por acúmulo de função, dado que diversos destes exerciam atividades paralelas em órgãos do governo do estado. Um dispositivo legal impedia o exercício de ambas as funções, levando-os ao afastamento da Escola de Comércio.

Ainda o autor destaca que, dada a relevância da perda destes profissionais, a sessão extraordinária da Congregação da Escola de Comércio do dia 13 de janeiro de 1938, tinha como ordem do dia a homenagem aos lentes demissionários, conforme segue (Ata nº 46, 13 de janeiro de 1938):

[...] prestar homenagem aos professores que se retiram em obediência aos dispositivos da constituição que proíbe as acumulações remuneradas. Analisa, exalta e louva os serviços prestados a Escola, por fim faz carinhosa referência ao talento, cultura e capacidade de cada um dos lentes que se afastam [...].

Após o primeiro impacto da passagem da Escola para o governo estadual, Vizentini (1979) destaca um significativo avanço na instituição, havendo um enriquecimento do corpo docente mediante novas contratações e um aumento significativo de alunos, tanto em quantidade

quanto em nível. Havia grande procura para o Curso Técnico de Perito-Contador, bem como para o Curso Superior, devido ao excelente nível dos respectivos currículos.

Em 1945, o Decreto Estadual nº 789 de 11 de maio modifica a estrutura da instituição, desvinculando a Escola de Comércio da Faculdade de Direito e constituindo uma Escola autônoma dentro da Universidade, sendo sua denominação mudada para Faculdade de Economia e Administração (URGS, 1978).

Além de ganhar autonomia e dignidade universitária, a organização da nova Faculdade antecipava-se à própria Universidade do Brasil, que só em setembro do mesmo ano viu objetivada, pelo governo federal, uma situação idêntica (FORTINI, 1953). Soares e Silva (1992) acrescentam que se antecipou a Universidade de Porto Alegre às demais Universidades do País ao incluir, no sistema universitário, uma unidade especializada nos estudos econômicos e administrativos, sendo dedicada à formação de técnicos e especialistas em economia, contabilidade, administração e atuaria, com projeção nas indústrias, no comércio e na administração pública.

Para Barbosa (2009), no momento da criação desta nova Faculdade percebe-se que o ensino contábil é relegado a segundo plano. Pode-se creditar esta situação à existência do curso de Administração e Finanças, único superior mantido pela instituição neste período.

2.3 A CONSOLIDAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

De acordo com Rodrigues (1986), em nível de hierarquia de ensino, o Curso de Contador até 1945 era um curso de 2º grau ou nível médio, à época dito curso secundário, que, até a década de 1940, só dava acesso às Faculdades de Ciências Econômicas, podendo os diplomados do Curso de Contador ingressar em outras Faculdades ou Escolas Superiores.

Esta situação mudaria ainda em 1945, com a publicação do Decreto Federal nº 7.988, que cria o curso de Ciências Contábeis e Atuariais e o de Ciências Econômicas. Pela primeira vez se criaria no Rio Grande do Sul um curso superior independente voltado ao ensino contábil.

O dito decreto definia que o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais teria a duração de quatro anos, com as seguintes disciplinas: 1ª série – análise matemática, estatística

geral e aplicada, contabilidade geral, ciência da administração, economia política; 2ª série – matemática financeira, ciência das finanças, estatística demográfica, organização e contabilidade industrial e agrícola, instituição de direito público; 3ª série – matemática atuarial, organização e contabilidade bancária, finanças das empresas, técnica comercial, instituições de direito civil e comercial; 4ª série – organização e contabilidade de seguros, contabilidade pública, revisões e perícia contábil, instituições de direito social, legislação tributária e fiscal, prática de processo civil e comercial (BRASIL, 1945).

Ainda, para fiscalizar e regular as profissões de contador e de técnico contábil é publicado em 27 de maio de 1946 o Decreto Lei nº 9.295, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade, consolidando a profissão e influenciando o ensino contábil (BARBOSA, 2009).

Para Barbosa e Ott (2009), a Faculdade de Administração e Finanças da UFRGS adequou-se rapidamente à legislação, visto que já no ano seguinte ingressa a primeira turma de Ciências Contábeis e Atuariais, sendo a primeira instituição a oferecer o curso no Rio Grande do Sul.

Em 1949 formou-se a primeira turma de Bachareis em Ciências Contábeis, formada por: Angelo Caldonazzi Silva, Eduardo Maria Bica, Jatyr José Rossi Corrêa da Silva, Laerte Ramos Vieira, Theobaldo Bobsin e Vinicius Antonio Maineri (VALLE, 1974).

No ano de 1950, já com o curso de Ciências Contábeis implantado, uma nova mudança institucional ocorre. A Faculdade, que havia surgido de forma independente e anexada a Faculdade de Direito, posteriormente repassada ao Governo Estadual, passa, neste momento, a integrar o Sistema Federal de Ensino Superior (BARBOSA, 2009).

Por meio da Lei nº 1.254 de 4 de dezembro de 1950, a então Universidade do Rio Grande do Sul deixa de ser mantida pelo governo do Estado. A Faculdade de Economia e Administração, outrora Escola de Comércio de Porto Alegre, torna-se Faculdade de Ciências Econômicas, e passa a gozar dos mesmos privilégios e deveres de outras instituições (FORTINI, 1953).

Desde sua criação, a Escola de Comércio funcionou agregada à Faculdade de Direito. No começo dos anos de 1950 suas instalações ainda eram no subsolo desta Faculdade. Ao lado do seu atual prédio, na avenida João Pessoa, em Porto Alegre, existia uma outra construção que abrigava o Colégio Julio de Castilhos até o dia 16 de julho de 1951, quando um incêndio o destruiu, restando apenas parte das fundações (CARRION, 2000).

Após reconstrução do prédio, em 1953, a Faculdade de Ciências Econômicas passa a ocupá-lo, firmando-se como uma instituição de ensino independente.

Em 1951, através da Lei nº 1.401 de 31 de julho, ocorre a primeira alteração no currículo proposto pelo governo federal, criando-se o curso de Ciências Atuariais, desvinculando-se seu aprendizado do curso de Ciências Contábeis. Consolidava-se, assim, o ensino contábil gratuito no Rio Grande do Sul.

2.4 INTERFERÊNCIA DO REGIME MILITAR

A mudança do regime governista no Brasil, no período de 1964 até 1985, trouxe mudanças para a UFRGS, inclusive na Faculdade de Ciências Econômicas e no curso de Ciências Contábeis. O período de 1964 a 1968 é considerado o mais representativo. Professores e alunos que fossem contrários ao regime ditatorial eram perseguidos e fichados no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), podendo, ainda, serem detidos por tempo indeterminado (ADUFRGS apud BARBOSA e OTT, 2009).

Conforme publicado em reportagem do Jornal do Comércio em 25 de novembro de 2008,

Para evitar qualquer reação contrária ao governo instalado, a direção da Universidade resolveu afastar professores que representassem alguma possível ameaça aos seus interesses. Esta decisão retirou diversos dos melhores professores que buscavam ensinar de forma crítica e não apenas transmitindo conhecimento (BARBOSA, 2009).

Os afastamentos aconteciam de três formas distintas: quando se tratasse de funcionário vitalício ou estável, a pena seria a de aposentadoria ou disponibilidade, com direito aos respectivos vencimentos; quando se tratasse de servidor interino, a pena seria a de demissão ou dispensa, sem direito a quaisquer vantagens; no caso de professores exonerados, a punição era a suspensão de seus direitos políticos, o que lhes vedava automaticamente o exercício de função pública enquanto durasse a punição (10 anos); neste último caso, os professores não seriam aposentados, dispensados ou demitidos (ADUFRGS apud BARBOSA, 2009).

Neste período, o corpo docente curso de Ciências Contábeis se viu prejudicado com a exoneração do professor catedrático Cibilis da Rocha Viana. Além de representatividade acadêmica, o Professor Cibilis era politicamente contrário ao regime implantado no Brasil (BARBOSA e OTT, 2009).

Uma vez afastado, o Professor Cibilis não voltaria a atuar na instituição. Porém, como uma forma de retratação, a UFRGS reconhece sua contribuição ao ensino contábil e, em 21 de março de 1983, a Faculdade de Ciências Econômicas emite um ofício no qual lhe concede aposentadoria como Professor Titular, além de um formal agradecimento por sua inestimável contribuição (BARBOSA, 2009).

2.5 UM CURSO DE EXCELÊNCIA

É evidente em seu desenvolvimento que o curso de Ciências Contábeis da UFRGS tem se constituído como referência no ensino contábil e em qualificação profissional. Um exemplo disso foi o conceito cinco obtido no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), aplicado pelo Ministério da Educação (MEC), pontuação máxima admitida.

De acordo com Kops (apud BARBOSA, 2009), nas avaliações das Instituições de Ensino Superior realizadas pela Editora Abril, o curso de Ciências Contábeis tem figurado sempre como um dos melhores do Brasil. Segundo Schmidt, Rocha e Handel (apud BARBOSA e OTT, 2009), este fato se deve a dois fatores: ao vestibular e à qualidade do corpo docente.

A seleção de alunos para ingresso em cursos da instituição pode ser verificada desde sua criação em 1909. Com a legalização do curso de Ciências Contábeis a partir de 1945, o vestibular passou a ser unificado ao de Ciências Econômicas. Nesta época o vestibular não era único em toda UFRGS, cada faculdade realizava sua própria edição (BARBOSA, 2009).

Além de prova escrita, o vestibular apresentava, nos anos de 1960 e 1970, provas orais (REBOLLO apud BARBOSA e OTT, 2009). Atualmente, é realizado um vestibular único em toda a UFRGS, onde o candidato escolhe antecipadamente o curso a que vai concorrer.

Para Rocha (apud BARBOSA, 2009), o vestibular apresenta um elevado grau de dificuldade, que impõe um filtro ao ingresso na instituição, favorecendo os alunos mais

qualificados. Handel (apud BARBOSA, 2009) acrescenta que esta situação permite à instituição contar com uma melhor massa crítica discente, que favorece o aprendizado coletivo.

Quanto ao corpo docente, desde sua criação, o ensino contábil da instituição contou com professores qualificados, atuantes no mercado, dedicados à representação da classe profissional contábil e à publicação de livros e artigos. Rocha (apud BARBOSA e OTT, 2009) destaca que profissionais de diversos órgãos da gestão pública, de empresas de auditoria e de grandes empresas da região sempre fizeram parte do quadro docente, efetivos e substitutos. O primeiro professor de uma disciplina contábil na instituição, Sr. Israel Torres Barcelos, possuía experiência e formação na área contábil, algo pouco comum para época de criação da Escola de Comércio (BARBOSA e OTT, 2009).

Quanto à produção científica, de acordo com BARBOSA (2009), pode-se verificar em periódicos, como a *Revista de Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul* e a *Revista Rio-Grandense de Contabilidade*, assim como em livros, o trabalho de vários professores da instituição desde o começo do século XX, em uma época em que pouco se publicava sobre a contabilidade no Brasil.

O autor lista alguns dos professores mais proeminentes na área da produção científica: Cibelis da Rocha Viana, além de grande personalidade política da história nacional recente, foi coautor e principal relator da Lei nº 4.320/64, que disciplinou a atividade financeira da União, estados e municípios. Escreveu em 1955, o livro *Teoria da contabilidade*, um dos primeiros livros que aborda esse tema no Brasil. Publicou, ainda, grande quantidade de artigos e livros dedicados à contabilidade e à economia.

O professor Henrique Desjardins publicou quatro livros e deu grandes contribuições à *Revista Rio-Grandense de Contabilidade*, da qual foi seu grande mantenedor, assinando diversos artigos e uma coluna de dúvidas contábeis.

Um dos ícones da contabilidade pública no Brasil, o professor José Olavo do Nascimento escreveu mais de cem artigos para periódicos como a *Revista Brasileira de Contabilidade*, a *Revista Paulista de Contabilidade* e a *Revista de Contabilidade do CRC/RS*. Também, o professor Nascimento publicou mais de dez livros.

O professor Dr. Olívio Koliver, além de detentor de diversos prêmios nacionais e internacionais – entre eles a “Medalha Mérito Contábil João Lyra”, distinção máxima da profissão contábil no Brasil, e a láurea de “Contabilista Emérito”, concedida pelo Plenário do

CRC/RS em 1998 – é responsável por grande número de publicações, principalmente artigos. Podem-se creditar a esse profissional em torno de duzentos artigos, muitos deles encontrados na *Revista de Contabilidade do CRC/RS*, tendo também cinco livros publicados.

A partir de 1990, o Departamento de Ciências Contábeis, com o devido apoio da Direção da Faculdade de Ciências Econômicas, passou a incentivar a qualificação dos professores através dos cursos de especialização, mestrado e doutorado. Dentre os docentes, destaca-se o professor Paulo Schmidt, que após ingressar no corpo docente tornou-se mestre em Administração pela Escola de Administração da UFRGS e doutor em Contabilidade pela FEA/USP, tendo o seu trabalho recebido o prêmio de melhor tese. Paulo Schmidt consolidou-se como um dos maiores autores contábeis do Brasil, tendo, até final de 2008, publicado em torno de 58 obras.

A motivação da Direção da Faculdade de Ciências Econômicas e do Departamento de Ciências Contábeis para a qualificação dos docentes favorece que outros professores busquem atualizar-se, mantendo o destaque qualitativo do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. Essa qualificação reflete-se em reconhecimentos, como a do Ministério da Educação (MEC) que, com a realização do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE), colocou o curso de Ciências Contábeis da UFRGS como o melhor do Rio Grande do Sul ao conferir-lhe o conceito máximo.

Para manter este diferencial na qualidade da docência, o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais realiza concursos periódicos para professores substitutos e, em menor proporção, para a efetivação de professores, sempre considerando a formação acadêmica, a produção científica e a experiência profissional (ROCHA apud BARBOSA, 2009).

Assim como acontecia nos primórdios da Faculdade de Ciências Econômicas há mais de cinquenta anos atrás, “o seu corpo docente vem prosseguindo a nobre missão dos antigos lentes, de maneira a tudo realizar em prol do ensino e da manutenção das tradições do estabelecimento educacional [...]” (FORTINI, 1953).

Devido a todos estes diferenciais na seleção e capacitação do corpo docente e discente, até hoje se faz verdadeira a afirmativa de Fortini (1953) de que os alunos desta instituição “deixam-na com cabedais suficientes para virem a cooperar fortemente no grande Brasil de amanhã”.

2.6 PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES NOS ÓRGÃOS DA CLASSE CONTÁBIL

A participação de professores da UFRGS em instituições representativas da classe contábil é uma tradição na instituição (ROCHA, apud BARBOSA e OTT, 2009). Mesmo antes da criação do curso de Ciências Contábeis e dos Conselhos Federal e Regionais, em 1945, alguns professores da Escola de Comércio de Porto Alegre já participavam ativamente de movimentos de classe ligados à atividade de guarda-livros. Muitas foram as personalidades que se destacaram em várias entidades, fazendo-se neste trabalho, menção de algumas delas.

O Sr. Israel Torres Barcelos, primeiro professor de uma disciplina contábil na Escola, no começo do século XIX, era membro ativo da Associação dos Empregados de Porto Alegre, que também agregava guarda-livros (AEC apud BARBOSA, 2009).

O Instituto Rio-Grandense de Contabilidade, um dos primeiros órgãos da contabilidade gaúcha a obter destaque científico, foi fundado em 14 de janeiro de 1933 e teve como primeiro presidente seu próprio fundador, Alcides Dias Antunes, formado na primeira turma do curso superior da Escola de Comércio de Porto Alegre e professor catedrático da instituição, cargo que ocuparia até a sua morte em 1935 (REVISTA RIO-GRANDENSE DE CONTABILIDADE apud BARBOSA e OTT, 2009).

O Instituto publicou a *Revista Rio-Grandense de Contabilidade* entre os anos de 1933 e 1955. No ano de 1945, o Instituto Rio-Grandense foi assumido por Henrique Desjardins, também formado pela Escola e professor catedrático da Faculdade (BARBOSA, 2009).

Em 1946, com a Criação do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, este Instituto deixa de existir, cedendo espaço ao órgão recém criado. Como reconhecimento, Henrique Desjardins recebeu o registro nº 1 no Conselho Gaúcho, e foi o seu primeiro presidente, atuando de 1947 a 1949 (CRC/RS, 2010).

O Professor Holy Ravello, além de ter atuado como componente ativo no plenário do CRC/RS na gestão do Professor Henrique Desjardins, foi presidente no ano de 1951 (CRC/RS, 2010). Já o Professor Olívio Koliver, além de ter pertencido a Academia Brasileira de Ciências Contábeis, foi presidente do CRC/RS por quatro mandatos.

Em 1º de novembro de 2001 o CRC/RS criou um Centro de Cultura Contábil contendo uma biblioteca dedicada a obras contábeis em prédio próprio. Dada a significativa importância do

curso de Ciências Contábeis para este conselho, o Centro de Cultura recebeu o nome Contador Dr. Olívio Koliver e a biblioteca passou a se chamar Biblioteca Contador Albino Mathias Steinstrasser, ambos nomes de professores do curso na UFRGS (BARBOSA e OTT, 2009).

2.7 PREPARAÇÃO PARA O MERCADO

A formação do contador na UFRGS está voltada para o mercado. O curso oferece uma instrução focada, principalmente, em quatro áreas do conhecimento contábil: contabilidade de custos, contabilidade societária, contabilidade pública e auditoria (ROCHA apud BARBOSA e OTT, 2009).

De acordo com o Professor Dr. Paulo Schmidt,

Esta situação se deve à necessidade da formação dos alunos para o mercado de trabalho e às exigências das empresas contratantes. Várias empresas com participação acionária internacional e de auditoria buscam estagiários e *trainees* no curso de Ciências Contábeis da UFRGS (BARBOSA, 2009).

A realidade predominantemente prática do curso não é algo recente. De acordo com o Art. 40 do *Regulamento da Escola de Comércio de Porto Alegre*, “o ensino seria essencialmente prático, devendo quanto às matemáticas ser todo de aplicação ao comércio; e quanto às línguas, seria efetuado de modo que os alunos conseguissem falar e escrever corretamente o idioma ensinado” (CARRION, 2000, p. 17).

Dado este ensino voltado à prática promovido na instituição, em 19 de setembro de 1918, o Professor Waldemar Simch, responsável pela disciplina de merceologia, e mais quatorze alunos realizaram uma visita à Companhia Swift do Brasil, na cidade de Rosário (REVISTA DE COMMERCIO E INDÚSTRIA DO RIO GRANDE DO SUL apud BARBOSA, 2009). Segundo o autor, esta viagem serviu para os alunos conhecerem as diversas seções que compunham a produção da empresa (charque, conservas, embalagens, salga e depósito de couros, guano e aproveitamento e preparo de ossos), bem como seus escritórios.

Além de visitas técnicas, a instituição buscava promover a educação prática através de situações do cotidiano profissional. Embora em número insuficiente, os chamados escritórios modelos favoreciam a proximidade do aluno com a realidade do mercado (FORTINI, 1953).

O currículo do curso passou por várias reformas a fim de acompanhar o crescimento do mercado e as demandas da sociedade, adequando-se ao desenvolvimento da tecnologia, adaptando-se as alterações societárias e a convergência às normas internacionais de contabilidade e incentivando a produção científica.

No começo da década de 1980 a informática apresentava-se para os profissionais gaúchos como algo distante de suas realidades, principalmente por seu alto custo de propriedade. Porém, antevendo-se ao potencial crescimento dessa tecnologia, a direção do curso de Ciências Contábeis inova, ofertando uma disciplina de Tecnologia Aplicada à Contabilidade, mesmo sem possuir nenhum computador durante alguns anos (BARBOSA, 2009).

A fim de adequar-se às mudanças societárias introduzidas por meio das Leis nº 11.638 de 2007 e 11.941 de 2009, assim como às novas normas internacionais (IFRS), o curso de Ciências Contábeis da UFRGS oferece desde o terceiro semestre educação aplicada dentro da nova legislação, além da inclusão da disciplina de Contabilidade Internacional, no começo de 2008. Rocha (apud BARBOSA e OTT, 2009) comenta que, segundo o jornal Valor Econômico, a constante atualização do currículo torna o curso de Ciências Contábeis um dos mais atualizados frente às alterações provocadas pela harmonização internacional da contabilidade.

Tendo um ensino essencialmente prático desde sua fundação em 1909, não era exigido do formando um trabalho final de curso. Mas, a partir do primeiro semestre de 2009, o aluno passou a apresentar um trabalho científico, focado em algum tema contábil, para obtenção de grau. Foram inseridas as disciplinas de Métodos de Estudo e Pesquisa em Contabilidade, Projeto de Pesquisa em Ciências Contábeis e Trabalho de Conclusão de Curso para favorecer e auxiliar o graduando (BARBOSA, 2009).

Ainda assim, o ensino totalmente prático, mesmo que apoiado em regimentos internos e em concordâncias de alguns professores, possui algumas debilidades e está sujeito a críticas.

Para Koliver (apud BARBOSA e OTT, 2009), a falta de disciplinas humanísticas na formação contábil empobrece o profissional, diminuindo-lhe sua capacidade cognitiva e dificultando um melhor entendimento e argumentação dos fatos. Rocha e Kops (apud BARBOSA e OTT, 2009) comentam que a coordenação do curso sabe da necessidade de inserção de

disciplinas humanísticas, e que até tentou colocar disciplinas desse gênero nas duas últimas atualizações curriculares, mas ressaltam que dada a complexidade do currículo, as exigências dos órgãos educacionais e o limitado prazo para formação do profissional, torna-se difícil a inclusão destas.

Handel (apud BARBOSA, 2009) considera que, como reflexo do ensino predominantemente prático, a produção científica discente tornou-se irrelevante nas últimas décadas, motivada, também, pelo fato de a maioria dos docentes terem atividades laborais em tempo integral, dedicando apenas algumas noites para o curso.

Schmidt (apud BARBOSA, 2009) acrescenta que a inexistência de um curso de pós-graduação contábil na instituição também corrobora para a pouca produção. Como forma de contornar esta debilidade, o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais contratou novos professores em regime de dedicação exclusiva e implantou, a partir de 2009, a obrigatoriedade de um trabalho de conclusão de curso para os formandos na graduação.

Em 2001, com o esforço dos professores Paulo Schmidt, Ceno Odilo Kops (chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais), João Marcos Leão da Rocha e Mário Guilherme Rebollo (membros da Comissão de Graduação), é criado o Núcleo de Estudos em Contabilidade (NECON), elevando qualitativa e quantitativamente as publicações deste Departamento, oferecendo seis cursos de especializações e um mestrado em controladoria vinculado ao Departamento de Ciências Econômicas (BARBOSA, 2009).

Além dos cursos, o NECON e o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais passam a editar no mesmo ano a revista *Contexto*.

2.8 100 ANOS DE HISTÓRIA

No ano de 2009, a Faculdade de Ciências Econômicas e, por sua vez, o ensino contábil da UFRGS, completaram um século de vida. De acordo com Barbosa e Ott (2009), “o curso de Ciências Contábeis da UFRGS destaca-se não apenas por ter sido o primeiro a ser criado no Rio grande do Sul. Sua história contempla personagens e fatos que marcaram a história do estado e do País nos últimos cem anos”.

O autor ainda afirma que a instrução oferecida pela UFRGS consolida a formação contábil pública e gratuita, servindo de modelo para os outros cursos posteriores. Dentre suas diversas características, a presença de professores com formação e experiência profissional diferenciada, e o elevado número de publicações num período em que pouco se produzia e a qualificação dos alunos para ingressarem em um concurso vestibular difícil representam boa parte de seu diferencial.

Hoje, são oferecidas cento e quarenta vagas anuais para ingresso no curso de Ciências Contábeis. O Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais conta com vinte professores efetivos (dez são de dedicação exclusiva) e dezesseis professores substitutos (UFRGS, 2010). Desde a criação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais em 1946 até o ano do centenário da Faculdade, mais de três mil alunos já se graduaram como bachareis em Ciências Contábeis (CORAZZA, 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo visou reconstituir os eventos mais importantes na construção do curso de Ciências Contábeis da UFRGS, analisando os fatos marcantes que influenciaram o desenvolvimento qualitativo do curso e sua evolução através destes 100 anos de história, assim como reconhecer devidamente os nobres personagens que contribuíram com seus esforços para a edificação de uma instituição que oferecesse um dos cursos superiores em Ciências Contábeis de maior destaque no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Pode-se constatar que a história do ensino contábil no Rio Grande do Sul possui uma grande riqueza histórica, ganhando especial relevância com a criação da Escola de Comércio de Porto Alegre. O empenho e dedicação de seus idealizadores transformaram a instituição de escola anexa a Faculdade, na qual se originou o primeiro curso superior de Ciências Contábeis do estado.

A trajetória do curso de Ciências Contábeis da UFRGS, desde de 1946 até hoje, tem demonstrado o desenvolvimento de uma instituição de ensino atenta às necessidades do mercado e em constante evolução e aperfeiçoamento em seu ensino e na qualificação de seu corpo docente

e discente. Sua constituição definitivamente consolidou um ensino contábil de excelência: público, gratuito e de qualidade.

THE HISTORY OF THE ACCOUNTING COURSE OF THE SCHOOL OF ECONOMIC SCIENCES OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

ABSTRACT

This study has as its objective to analyze the history of the Accounting course of the School of Economic Sciences of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), being the first accounting course in the State, bringing back its origin with the creation of the School of Commerce of Porto Alegre, in 1909, its independency and consolidation with the creation of the Accounting and Actuarial Science course in 1946 and its evolution up to the present moment. In order to reach this objective, a qualitative research has been done, founded on bibliographical references. With the growth of complexity of economic life, the commercial growth, the process of division of labour and the need for the specialization of activities, an urgent necessity of qualifying professionals to perform mercantile bookkeeping in commercial establishments and public bodies arises. From the organization of accounting professionals at the end of the 19th century, the management practice emerges as a new option to students and professionals who seek new opportunities. The origin of the Accounting course of the Federal University (UFRGS) occurs with the creation of the Undergraduate School of Commerce, linked to the Law School, motivated by the power that the accounting education acquired with the foundation of the Mauá School, in 1901, consolidating this kind of instruction in Rio Grande do Sul. Besides giving the deserving historical appreciation to the institution, the study mentions the outstanding facts related to the evolution of the accounting education from School of Commerce to the undergraduate Accounting course, presents personalities who stood out in the development of the course and approaches its importance in a scenario of knowledge which is constantly expanding to attend an increasingly demanding market.

Key-words: History of accounting, Commercial education, Accounting education, School of Commerce, Accountancy, UFRGS, Accounting professionals.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marco Aurélio Gomes. Consolidação do Ensino Contábil no Rio Grande do Sul. *In*: CORAZZA, Gentil (Org.). **História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. **Origem e Evolução do Ensino da Contabilidade no Rio Grande do Sul**: um estudo histórico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

_____; OTT, Ernani. **Centenário do ensino contábil na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 138, set. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 20.158**, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=dec20158-1931>>. Acesso em 15 nov. 2010.

_____. **Decreto-Lei nº 7.988**, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=dec-lei7988-1945>>. Acesso em 15 nov. 2010.

CARRION, Otilia Beatriz Kroeff. De Escola de Comércio a Faculdade de Ciências Econômicas. *In*: _____ *et al.* **O ensino da economia na UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL – CRC/RS. **Centro de Memória Virtual do CRC/RS**. Disponível em <<http://www.crcrs.org.br/memorial/>>. Acesso em: 15 nov. 2010.

CORAZZA, Gentil (Org.). **História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FIC, Fernanda Severo. **A Evolução da Escrituração Contábil no Brasil**. Trabalho de conclusão para graduação em Ciências Contábeis e Atuariais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

FORTINI, Archymedes. **Subsídios para a história do ensino comercial em Pôrto Alegre**: contribuição prestadas pelas escolas Mauá e de Comércio e pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Porto Alegre, 1953.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES DE SÁ, Antonio. **História Geral da Contabilidade no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

HENKIN, Hélio. Prefácio. *In*: CORAZZA, Gentil (Org.). **História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MATTEI, Luciane Mendes. **A história do ensino de ciências contábeis no Estado do Rio Grande do Sul: o curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**. Trabalho de conclusão para graduação em Ciências Contábeis e Atuariais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In*: BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RODRIGUES, Alberto Almada. A Primeira Regulamentação da Profissão Contábil em Portugal e no Brasil: a matrícula dos homens de negócios (comerciantes). **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. nº.42. Porto Alegre: CRCRS, 1985.

_____. Da Aula de Comércio da Corte às Escolas de Comércio dos Primórdios da República (de 1809 a 1943). **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. nº.46. Porto Alegre: CRCRS, 1986.

SOARES, Mozart Pereira; SILVA, Pery Pinto Diniz da. **Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 1934-1964**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS. **Anais 1959**: cinquentenário. Porto Alegre: UFRGS, 1960.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **Uma fase em sua história: 1952-1964**. Porto Alegre: UFRGS, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/dcca/>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

VALLE, Ruth do. **Faculdade de Ciências Econômicas: sua história, sua estrutura funcional, seus docentes, seus egressos no ano de seu 65º aniversário**. Porto Alegre, 1974.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Do curso geral à escola técnica de comércio: 1909-1979**. Porto Alegre: UFRGS, 1979.